



Afirmar que os Estados Unidos e a UE defendem projectos idênticos é, com certeza, simplificar os factos. Ao respeito quem sabe destas cousas gosta de lembrar que a atitude da União em relação com Israel é menos generosa do que a norte-americana, que sobrevivem sérias diferenças no que atinge à pena de morte, ao protocolo de Kioto e à justiça penal internacional, ou que os países europeus se mostram mais propensos a postularem mecanismos multilaterais. Um tempo por momentos a impressão, porém, de que o anterior nome é particularmente significativo ou entom, o que é quase que o mesmo, de que a subordinação que Bruxelas continua a mostrar face a Washington, é qualquer coisa menos acaso e provisória. Hoje estão a amontoar-se os dados que convidam a reexaminar, de resto, de dois grandes mitos ligados com a UE que conhecemos.

O primeiro vem dizer que há um modelo de capitalismo europeu caracterizado pela sua inequívoca dimensão social e defrontado com o capitalismo norte-americano, muito mais concorrencial e muito mais renuente a aceitar a salvaguarda de direitos. Estamos tristemente obrigados a perguntarmos a nós próprios se o modelo europeu tem resistido o ataque de dois decênios de políticas neoliberais ou, ao invés, e como parece, tem sucumbido aos códigos próprios do seu rival estado-unidense. A certeza de que isto é o que, mal que bem, tem acontecido, deixa em mau lugar, decerto, os que afirmam impertérritos que o capitalismo da UE tem uma inequívoca dimensão produtiva, face às querenças especulativas que abrolhariam no Norte da América. A UE está imersa, além do mais, e em lugar proeminente, num processo, a globalização capitalista, de que obtém francos lucros.

O segundo mito nasce da ideia de que, pela sua sua *linda cara*, a UE é um agente internacional ontologicamente comprometido com a justiça, a solidariedade e a paz. Em virtude de que estranho arrazoamento estaríamos obrigados a aceitar que o núcleo europeu do capitalismo global seja claramente diferente dos seus concorrentes no que à conduta deles no Terceiro Mundo, por exemplo, di respeito? Alguém pensa, falando a sério, que os projectos que abraçam gente como Blair a agressividade ao serviço do império estado-unidense-, Chirac a defesa de um horizonte de hegemonia para França-, Schröder umha agressão em toda a regra contra os orçamentos sociais- ou Berlusconi a supremacia abraiante, frente à Lei, dos interesses empresariais- guardam qualquer relação com valores como os mencionados? A retórica de que a UE faz uso retrata melhor o sentido final do projecto dela do que o conteúdo manifesto das políticas que os seus porta-vozes postulam? Atrás dos inegáveis contributos da *Europa dos mercados*, há alguma consideração conseqüente de qualquer coisa que nome seja a defesa obscena de interesses, mesmo à custa de acantear respeitáveis princípios?

Os dois mitos que vinhamos de mal reflectir nome devem obscurecer, contodo, o vigor de um paradoxo: o que aos olhos de muitos é um dos problemas endémicos da UE realmente existente a falta de acordo que, em virtude da preservação dos discursos singulares, mostram os seus membros- bem pode ser um saudável elemento de contenção. E é que essa divisão empece, e poderosamente, a manifestação de condutas abrasivas em que os espasmos próprios de umha lógica imperial acham espaço. Entretanto, e como medida de estrita prudência, devemos é manter as distâncias a respeito do que a UE pode oferecer no futuro: porque bem poderia acontecer que, guiados polo elementar propósito de contrarrestar a indisputada hegemonia norte-americana, alimentemos mostros entregues à reprodução de muitas das misérias que rodeiam esta última.

Agenda

Dezembro

16 palestra
Galiza contra a Constituição Europeia Carlos Taibo às 19:30h
 Faculdade de Arte, Geografia e História-Compostela

17 palestra
Galiza contra a Constituição Europeia Carlos Taibo às 19:30h
 Centro Cultural AS TORRES- Santa Cruz - Oleiros



NOM!

boletim da plataforma galega polo NOM à constituição europeia

editorial



No passado 14 de Outubro, constituiu-se em Compostela a **Plataforma Galega polo NOM à Constituição Europeia**. O objectivo central desta Plataforma é juntar forças e esforços contra a Constituição europeia, que como é conhecido será submetida a referendo no Estado espanhol no próximo 20 de Fevereiro.

Concientes da importância que para o nosso país vai ter a possível aprovação da Constituição Europeia, diversas organizações sociais, sindicais e políticas reunimo-nos em Compostela e decidimos impulsar a constituição desta Plataforma em que **inicialmente** participam as seguintes organizações:

AGIR (Organização do Estudantado da Esquerda Independentista), ADIANTE-MRG (Mocidade Revolucionaria Galega), AMI (Assembleia da Mocidade Independentista), BDG (Bases Democráticas Galegas), BRIGA (organização juvenil do MLNG), Colectivo Nacionalista de Marín, CEIVAR (Organização antirrepresiva), ERVA, FPG (Frente Popular Galega), Nós-UP (Nós-Unidade Popular), PCPG (Partido Comunista do Povo Galego), Piratas da Ría, PRT-ER (Partido Revolucionario dos Traballadores-Esquerda Revolucionaria) e Redes Escarlata.

Esta Plataforma nasce com um **carácter aberto** a todas aquelas organizações que se definirem contra a Constituição europeia.

Sucintamente, podemos salientar as seguintes razões da nossa oposição frontal à Constituição europeia:

O processo: é umha burla à própria democracia formal. É umha Constitución contra as nações sem Estado e contra a diversidade cultural. É umha Constituição para o Capital e contra as classes trabalhadoras. É umha Constituição que perpetua o patriarcado. É umha Constituição para a tirania e contra a soberania popular. É umha Constituição para a guerra, o imperialismo e a repressão.

Ao longo dos distintos boletins informativos que nos propomos editar, iremos expor as razões que nos movem a promover o NOM neste referendo, à vez que daremos conta dos actos e das mobilizações que estamos a organizar. Estes boletins pretendem, também, ser um foro aberto à participação no debate que venha do referendo e da própria Constituição Europeia, foro que pretendemos que seja participativo e plural a partir de umhas posições inequivocamente de esquerdas e onde a defesa do direito de autodeterminação, a defesa dos direitos sociais colectivos e o anti-imperialismo sejam o cerne das nossas actuações.

podes contactar com a Plataforma galega polo NOM à constituição europeia encaminhando un correo electrónico a : plataformagalegapolonon@celtas.org

A CONSTITUIÇÃO NEGA A EUROPA DAS NAÇÕES



O grande mercado europeu, construído nas últimas décadas marginalizando e explorando economicamente periferias que, como a Galiza, vírom gravemente limitadas as suas capacidades produtivas, ergue agora a sua estrutura institucional invisibilizando e condenando à desapareição silenciosa dúzias de povos privados de Estado próprio e ainda da capacidade de decisom para se dotarem de instituiçoms de seu. Povos com processos históricos singulares, mas todos marcados por umha longa história de perseguiçom cultural, negaçom política e precarizaçom sócio-económica que os fijo sobreviver de maneira precária até a actualidade superando as ameaças da extinçom. Contra o que nos di a propaganda mais torpe e contra o que afirma o próprio articulado constitucional, a Uniom Europeia **nom respeita a sua diversidade cultural e lingüística, nom vela pola salvaguarda e polo desenvolvimento do património cultural europeu, nom se orgulha das respectivas identidades e histórias nacionais.** Para a UE, ainda há identidades de segunda classe e histórias que nunca existírom. Isto por umha razom bem simples: **a Uniom nom é fruto de um processo constituinte em que convergissem distintas vontades nacionais respectivamente autodeterminadas, senom a consagraçom crua e nua de um sistema internacional de Estados construído desde há 500 anos sobre a guerra, a rapina e a invasom.** Esta UE pode ser no plano teórico, se desconsiderarmos que se levanta contra @s trabalhadores- a UE plural d@s alemáns, d@s franceses, d@s espanhóis ou d@s italian@s. Nom é, com certeza, a UE d@s galeg@s, @s cataláns, @s bretons, @s cors@s ou @s galeses.

Os tempos de acelerado recorte dos direitos laborais e sociais que se avizinham agora que o tratado constitucional consagra legalmente o neoliberalismo, com umha clareza a que nengumha constituiçom se atrevera- vam ser duplamente agressivos em naçoms como a galega. A Europa dos 25 estados, o Banco Central, a aliança com a OTAN e a policializaçom social nem só pretende condenar as maiorias populares à malvivência, à desprotecçom social e a maiores quotas de exploraçom; abocará também as naçoms nom homologadas polo sistema internacional de estados à absoluta carência de direitos: idiomas ilegalizados de facto nas instituiçoms comunitárias (até um total de 21); fronteiras estatais inamovíveis e umha esclarecedora porta aberta a umha cláusula de apoio mútuo que possibilitará a intervençom de outros Estados no caso de estar ameaçada a *segurança interior* de um deles polo avanço de projectos soberanistas. Um tratado que postula que *a identidade nacional dos Estados Membros deve ser respeitada e preservada pola Uniom* e que mesmo acresce, no que é o verdadeiro núcleo da questom que *a Uniom respeita as funçoms essenciais do Estado, nomeadamente as que se destinam a garantir a integridade territorial, a manter a ordem pública e a salvaguardar a identidade nacional*; negativa rotunda, portanto, ao reconhecimento do elementar direito de autodeterminaçom que de maneira hipócrita a legislaçom internacional reconhece (Pacto dos Direitos Civis e Políticos de 1966) e impossibilidade de reconfiguraçom nacional-territorial da Uniom Europeia. E, ainda longe dos grandes princípios que por conter direitos básicos som irrenunciáveis e defendíveis com intransigência em todo o tempo e lugar-, a Constituiçom que se avizinha nom transige com as mínimas concessoms formais às naçoms do Continente. O Comité das Regions, citado aqui e acolá com a pretensom de erguê-lo como *câmara territorial* que haveria de representar povos como o galego, nom é mais do que um órgão consultivo privado de todo poder real, órgão ao que Conselho e Parlamento tenhem o direito a *escuitar* e que equipara batoteiramente naçoms com regions e estas com cidades, entendendo que a única política específica que cabe para todos esses ámbitos inferiores ao Parlamento europeu e ao Conselho da Europa é umha descentralizaçom administrativa em nada relacionada com decisoms políticas de fundo. No plano eleitoral, as naçoms sem Estado somos mesmo privadas de justa representaçom no Parlamento europeu pola negativa institucional a reconhecer-nos como distrito eleitoral diferenciado. A nossa voz será sempre minoritária e anedótica no quadro dos grandes partidos dos grandes estados, mesmo no hipotético caso de contarmos com maiorias eleitorais nacionalistas.

O tratado constitucional por muita maquilhagem que empregarmos e por muita armadilha dialéctica a que recorrermos para o tornar digerível- é um tratado contra as naçoms sem soberania e contra a autodeterminaçom. Ainda que só fosse por esta rotunda tomada de posiçom e ainda que esta declaraçom nom vinhesse acompanhada, como de facto acontece, pola canonizaçom do capitalismo selvagem, o militarismo e o controlo social- mereceria a negativa rotunda de todo democrata conseqüente e, com certeza, de toda pessoa com cidadania nacional negada pola força dos estados e da Uniom que estão a construir. Abundam galeg@s pretensamente progressistas escudad@s em falácias justificativas que vendem a *bondade* ou polo menos a falta de maldade- da Constituiçom no que aos direitos nacionais di respeito: *a Constituiçom espanhola já nega a autodeterminaçom e portanto a negativa da europeia nom tem maior importância*, di-se, com o que se entende que, como já carregamos umha pesada lousa, precisamos de umha nova de 25 Estados contra os direitos da Galiza; afirmam sem rubor outr@s que *o tratado constitucional reconhece o direito à autodeterminaçom*, esquecendo que se trata do direito dos estados e da absoluta falta de direito das naçoms que estes estados ocupam; mais pretencios@s, há quem mantenha que *os Estados já nom fam sentido e a reivindicaçom de soberania é anacrónica.* E enquanto esta argumentaçom falsária se estende, constrói-se um

macro-Estado mastodôntico e infiltrado em todas as esferas da vida social, a própria Uniom Europeia, e o Estado espanhol aponta ainda mais as suas faces policial, judicial e burocrática.

No quadro europeu que cozinhárom para nós, blindados à fiscalizaçom popular, e que agora pretendem que assumamos ingenuamente desde o *sim entusiasta* ou o *sim crítico*, nom há lugar para a naçom galega, como tampouco para as naçoms basca, escocesa ou sarda. Haverá como muito lugares para regions entranháveis, notas de colorido na *velha Europa*, agonizantes línguas de segunda e territórios singulares a vender como peças pitorescas do turismo globalizado, comunidades humanas privadas de qualquer capacidade de decisom sobre a sua organizaçom económica, modelo político, ordenaçom territorial ou vida cultural.

Hoje, como há um século, nom é racionalmente concebível nengum projecto de naçom que nom parta do pleno reconhecimento da potestade para decidir o grau de soberania, o modelo social e o nível de relacionamento com países vizinhos. Podemos discutir a interdependência que pretendemos @s galeg@s nas nossas relaçoms com o exterior; a vinculaçom que desejamos com outros povos do Estado espanhol e do resto da Europa. O que nom podemos é discutir a pertinência e necessidade do direito de autodeterminaçom como garantia da mínima saúde democrática da Uniom Europeia. Portanto, também por esta entre múltiplas razoms, a cidadania galega damos o nosso **nom** rotundo a este projecto constitucional viciado desde as suas origens, embaucador nos seus conteúdos e inimigo das liberdades de tod@s.

A PLATAFORMA DENUNCIA NA RUA A CONSTITUIÇÃO EUROPEIA



Coincidindo com a assinatura em Roma da Constituiçom Europeia polos presidentes de governo dos 25 estados membros, vários centos de pessoas participárom a 29 de Outubro nas diversas concentraçoms convocadas pola Plataforma Galega polo Nom à Constituiçom Europeia.

A mais numerosa tivo lugar na praça do Pam da capital de Galiza: um cento de pessoas secundárom este acto. Na Corunha concentrárom-se várias dúzias diante do Obelisco, em Vigo o mal tempo nom evitou que pouco mais de vinte pessoas despregassem umha faixa diante do Museo de Arte Contemporânea, na rua do Príncipe. Em Ferrol e Ponte Areas também houve concentraçoms, desluzidas polo temporal que essa noite assolava amplas comarcas da Galiza.

Em Ponte Vedra tivo lugar umha palestra no Centro Social A Reviravolta.

Dias antes, nos locais da zona velha da Federaçom de Vizin@s de Vigo, tivo lugar um acto público contra a Constituiçom que congregou mais de meia centena de pessoas. Bráulio Amaro, Anxo Angueira e Domingos Antom Garcia intervinhérom na que foi a primeira apresentaçom pública da Plataforma.